



A APPLA vai promover o VII Encontro Nacional dos Planeadores do Território, a realizar em Aveiro, a 24 de Junho. O *ENPlanT* é, por tradição, um espaço de reflexão e de partilha de experiências. Pretende-se, neste *ENPlanT*, estimular o debate em torno de temas importantes da agenda corrente dos profissionais do planeamento:

1. Perfil profissional do planeador/urbanista
2. A crise económica e planeamento
3. Revisão dos PDM: reflexão sobre os desafios da prática

1. Perfil e enquadramento profissional do planeador/urbanista

A profissão de planeador continua à procura de afirmação numa paisagem profissional dominada pelas formações que tradicionalmente exerceram o urbanismo em Portugal, durante o estabelecimento do jovem sistema de planeamento territorial nacional. Em contraste com as orientações do Conselho Europeu dos Urbanistas, que veiculam uma visão mais pluralista da profissão de urbanista, mediante a aquisição de competências específicas pelos profissionais que intervêm no espaço urbano/regional e que apontam para o esbatimento, por essa via, da separação tradicional entre urbanistas e planeadores, assiste-se na prática a clivagens entre os que a exercem e a tentativas corporativas de assegurar a regulação da profissão à margem daquelas orientações. Prevalecem no interior da profissão, mas também na sociedade em geral, visões que privilegiam a noção do urbanista enquanto, exclusivamente ou preferencialmente, um profissional aplicado, subalternizando-se, por esse motivo, outras dimensões disciplinares e competências, essenciais ao exercício qualificado do urbanismo.

Um conjunto de iniciativas recentes serve de mote ao aprofundamento da discussão sobre o estado da profissão de urbanista em Portugal:

- A construção de um ‘Curriculum Vitae da APPLA’, a partir de um inquérito aos associados, realizado em 2010, permite não só uma maior clarificação dos contornos da profissão, a partir da percepção da diversidade de práticas e de problemas envolvidos, mas também sustentar posições institucionais relativamente à promoção e à defesa das competências profissionais dos planeadores;
- A retoma de dinâmica por parte da Comissão Instaladora da Ordem dos Urbanistas, que a APPLA integra, bem como a produção recente de legislação que coloca em evidência as dificuldades em definir os limites de competências em matérias relacionadas com o exercício da profissão (DL. 31/2009, de 3 de Junho)

[temas: dilemas da prática profissional: relações inter-profissionais, relações com os eleitos e com o público; ética, legitimidade e eficácia profissional; o papel das ferramentas e dos saberes instrumentais na definição da profissão; escalas e domínios de intervenção e o perfil profissional; o papel dos agentes associativos e das escolas de urbanismo na ‘construção’ e na regulação da profissão; enquadramento legal e regulação administrativa da profissão]

2. A crise económica, o papel dos planeadores/urbanistas e das instituições de planeamento

Os princípios de exploração sustentável de recursos, a nível económico e ambiental, e de promoção da qualidade de vida dos cidadãos, estão inscritos na matriz formativa dos planeadores do território. A APPLA, por sua vez, tem entre os seus objectivos o de contribuir para a divulgação de conhecimento e de boas práticas na área do planeamento e do ordenamento do território. Afigura-se oportuno que, neste momento de crise nacional, a APPLA e os seus associados promovam a procura e a divulgação de práticas e de soluções que sejam de auxílio à sua minimização e ultrapassagem. Houve, desde sempre, no interior da APPLA vozes que alertaram para a ocupação desregrada do território, conduzida por orientações e soluções arbitrárias, contraditórias com as necessidades efectivas das pessoas e das actividades nos territórios e com objectivos de racionalização (redes, habitação, equipamentos, transportes, ambiente, etc.). O tempo de crise actual é propício à reafirmação dessas convicções e, sobretudo, à extracção de consequências para a prática futura do planeamento. Para além da necessidade de racionalização e de eficácia, deve questionar-se a qualidade e a eficiência dos trabalhos de planeamento e dos procedimentos em que, em geral, os seus profissionais e instituições estão envolvidos.

A crise pode ser uma oportunidade de exploração de novos recursos e actividades e de correcção de trajectórias. O apoio ao empreendedorismo, ao sector social e à inovação social, a exploração económica da criatividade, da cultura e da identidade dos lugares, a promoção do estreitamento das ligações entre produtores e mercados locais, a consolidação de cadeias de valor de produtos regionais, o ajustamento da política de cidades à nova realidade, enquanto enquadramento de uma reabilitação urbana que seja mais do que a do edificado, mas também do mercado da habitação/construção, num cenário de ‘contracção’ urbana, etc., são algumas das linhas de acção a explorar. Em contrapartida, a crise pode também suscitar a procura do ‘caminho mais curto’, através da simplificação e do *by-pass* a procedimentos, do comprometimento de opções válidas a longo-prazo e da poupança em estudos de planeamento. Este efeito de ‘encolhimento do planeamento’ pode ainda obstar à procura de uma desejável atitude de maior proactividade por parte das autoridades e dos profissionais de planeamento, promovendo a sua permanência na ‘zona de conforto’ da acção prescritiva e reguladora, e, ao mesmo tempo, pode haver retrocessos no já tímido envolvimento dos agentes na definição dos problemas e na procura das soluções.

A presente crise pode, portanto, ser uma oportunidade para a inovação na mobilização de competências e de recursos e na forma de intervir, reconhecendo-se a importância de, sem abandonar o pensamento estratégico, actuar mais operativamente nos aspectos que podem, num prazo mais imediato, melhorar a vida das pessoas e a competitividade das empresas nos territórios. Importa, por isso, reconhecer e dar notícia de iniciativas que revelem novas maneiras de pensar e de fazer as coisas.

[**temas:** prioridades e formas de combate à crise: nas instituições de planeamento e no exercício da profissão; estratégias de longo prazo e táticas para evitar a repetição de erros, a curto prazo; inovação, mobilização e animação social; investimento de proximidade; reconhecimento e mobilização de competências dentro da administração e na sociedade; apoio à actividade económica e ao emprego; solidariedade e coesão social; as dimensões imateriais do desenvolvimento; cidadania e desenvolvimento]

3. Revisão dos PDM: oportunidade de reflexão sobre os desafios da prática

Conjuntamente, um dos pontos altos do exercício profissional relaciona-se com o processo extensivo de revisão dos PDM. Esse processo está indelevelmente marcado pelo facto de ocorrer, para um número significativo de municípios, após a publicação da LBOTU e de um conjunto de legislação conexa que alteraram significativamente o quadro regulamentar da prática do planeamento e do ordenamento do território, em Portugal. A alteração da principal legislação aplicável ao ordenamento do território e das restrições de utilidade pública, a crescente necessidade da operacionalização dos princípios perequativos, a existência de uma agenda de política regional decorrente da publicação de alguns PROT, e a consequente necessidade de coordenação inter-territorial e entre escalas, a ser equacionada e acomodada ('em cascata'?) pelos PDM, a migração da representação do território de ambiente CAD para SIG, a instituição de procedimentos de avaliação periódica de planeamento ao nível municipal, a maior ênfase na incorporação de pensamento estratégico ao nível do planeamento municipal, a maior vulgarização da utilização de novas tecnologias da comunicação e da informação no planeamento e no processo de decisão, são, entre outros, aspectos que definem um novo enquadramento para a prática do planeamento e do ordenamento do território.

Este conjunto de circunstâncias gerou um campo vasto de novas necessidades, preocupações e oportunidades para o processo de revisão dos Planos Directores Municipais, em curso, que importa debater nas suas diferentes componentes: processo de acompanhamento, a tramitação, o conteúdo, as metodologias e respectivas assumpções de responsabilidades (entidades e técnicos).

[**temas:** enquadramento do processo de revisão do PDM; planeamento estratégico e ordenamento do território; processo de planeamento e procedimento administrativo; planeamento e gestão sustentável; dimensões e processos coordenativos nas políticas e planos territoriais; implicações das alterações regulamentares no processo e no conteúdo dos PMOT e na sua implementação e avaliação; participação pública, conteúdo e processo de planeamento; novas tecnologias da informação e da comunicação, o planeamento e a gestão do território; Planos de Pormenor de Salvaguarda e de Reabilitação Urbana: novos elementos chave do planeamento da cidade?]

Notas para autores:

- As comunicações selecionadas e revistas, de acordo com exigências editoriais a divulgar brevemente, serão publicadas na revista Planeamento, da APPLA.

Datas importantes:

- 12 de Março de 2011 - Envio de Resumos
- 31 de Março de 2011 - Aceitação dos Resumos
- 4 de Junho de 2011 - Recepção das Comunicações
- 24 de Junho de 2011 - Realização do *ENPlanT*

O programa do *ENPlanT* será divulgado brevemente por email e na página da Internet da APLLA.

Comissão Científica:

- Alexandre Teixeira (APPLA)
- Anabela Ribeiro (Universidade de Coimbra)
- Ana Lúcia Virtudes (Universidade da Beira Interior)
- Ângela Fernandes (APPLA)
- Artur Rosa Pires (Universidade de Aveiro)
- Carlos Rodrigues (Universidade de Aveiro)
- Eduardo Anselmo Castro (Universidade de Aveiro)
- Diogo Mateus (APROURB/Universidade Lusófona)
- Fernando Nogueira (APPLA)
- Frederico Moura e Sá (Universidade de Aveiro)
- Gonçalo Santinha (Universidade de Aveiro)
- Jorge Carvalho (Universidade de Aveiro)
- Paulo Silva (Universidade de Aveiro)
- Pedro Guimarães (Associação dos Urbanistas Portugueses)
- João Marques (Universidade de Aveiro)
- José Mota (Universidade de Aveiro)

Comissão Organizadora:

- Adriana Gamito
- Albano Araújo
- Alexandre Teixeira
- Ângela Fernandes
- Carla Santos
- Celso Brás
- Fernando Nogueira
- Nuno Manique
- Silvia Cabrita

Secretariado:

Dra. Carla Santos

Telefone: 96 107 41 60 email: applaneadores@gmail.com

(Informação brevemente disponível também no site da APPLA, em <http://www.applaneadores.pt/>).

Inscrições:

| | |
|---|-------------|
| Associados (APPLA, da AUP e da APROURB): | 45 € |
| Não associados: | 65 € |
| Estudantes: | 30 € |

Apoios:



csjp.ua.pt

Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

